

PARECER DO CONSELHEIRO FISCAL DA MINORIA SOBRE AS CONTAS DOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2014

Ilmos. Srs.

Presidente e membros do Conselho Deliberativo do
CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA

Prezados Senhores,

Em cumprimento ao disposto na alínea “a”, do artigo 76, e na alínea “h”, do artigo 91, ambos do Estatuto Social do Club de Regatas Vasco da Gama, o membro efetivo do Conselho Fiscal Diego Henrique Carvalho, a seguir assinado, apresenta seu parecer técnico e independente como **PARECER ADVERSO** sobre as contas do exercício de 2014 (período compreendido entre 01 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2014).

Primeiramente, por questão de ordem, cabe destacar que não há como opinar sobre as demonstrações financeiras do Club de Regatas Vasco da Gama do ano de 2013. O referido relatório prescinde de condições formais, seja por ser extemporâneo, já que não foi publicado no prazo correto, seja pelo impedimento de avaliação do Conselho Fiscal devido à não comprovação documental. Ainda, sobre as demonstrações financeiras de 2013, os auditores externos não emitiram opinião em relação aos números republicados junto às demonstrações financeiras de 2014. Portanto, resta entendido que não há, neste relatório, emissão de opinião sobre as demonstrações financeiras de 2013.

Destacamos também que as Demonstrações financeiras de 2014 foram avaliadas por este Conselheiro Fiscal apenas em relação ao seu aspecto formal, qual seja, o relatório publicado das contas do exercício de 2014 apresentadas pela diretoria administrativa no dia 30 de abril de 2015 e auditadas pela empresa Azevedo & Lopes Auditores Independentes EPP, inscrita no CNPJ sob o número 06.337.379/0001-06, com parecer emitido pelos senhores auditores Carlos Roberto Vieira da Silva e Anderson de Azevedo Lopes.

O PARECER ADVERSO enunciado por este Conselheiro Fiscal tem como fundamento erros graves que impossibilitam um resultado diferente deste. Cumpre informar que a responsabilidade sobre os erros cometidos recai sobre aqueles que, porventura, aprovem as ilegalidades tais como as apresentadas nas demonstrações financeiras de 2014.

Sendo assim, o membro efetivo do Conselho Fiscal Diego Henrique Carvalho faz cumprir o seu mandato e aponta os principais itens sob os quais se fundam o presente entendimento.

01 – Incorrekções formais: Conforme RESOLUÇÃO CFC Nº 737 de 27 de novembro de 1992 Publicada no DOU, de 11-12-92 que aprova a NBC T 6 – DA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS item 6.3 – DAS REPUBLICAÇÕES, a republicação das demonstrações financeiras do ano de 2013 apresenta-se diferente dos números anteriormente publicados e sobre elas não há avaliação da empresa de auditoria contratada. Este fato, por si só, fere as atribuições definidas para os trabalhos

realizados pela auditoria externa, pois as normas de auditoria prevêem a obrigação de emissão de opinião do auditor para os últimos 2 anos ou, ainda, para aqueles que foram reapresentados se mais de 2 anos. A título de ilustração deste fato, faz-se constar que o Ativo publicado em 2013 somava R\$ 356,0 milhões, enquanto a soma deste mesmo grupo apresentado agora totaliza R\$ 302,6 milhões, sem que tenham se tornado público o conjunto de justificativas para esta mudança, já que as Notas Explicativas, parte integrante e obrigatória das demonstrações financeiras, são pouco elucidativas ou contém erros.

02 – Escopo do Parecer emitido pela Auditoria Independente: No parecer emitido pelos auditores foram feitas 10 ressalvas e 8 limitações de escopo. Dentre as ressalvas, destacamos a não variação ou correção de empréstimos (parágrafo 04, linha 03), e dentre as limitações de escopo, a falta de controle de imobilizado do clube (parágrafo 05, linha 22). Além disso, os próprios auditores informaram que 58% do total do Ativo estão incorretos e outros 39% não puderam sofrer testes de auditoria para confirmação de seus valores, dentre eles destacamos as contas caixa, bancos e estoque. Em relação aos 3% restantes, não há uma referência sequer quanto à eficácia dos testes realizados. Todavia, devido à ausência de opinião, inferimos que estejam implicitamente aceitos. Assim, do total de R\$ 321 milhões do Ativo, somente R\$ 10 milhões são assumidos como corretos pela empresa de auditoria, recaindo erros e dúvidas sobre R\$ 311 milhões.

03 - Não verificação da conta Atletas Profissionais: O parágrafo 06 do parecer dos auditores é todo voltado para a conta do Ativo de Atletas Profissionais. Essa conta é delicada e de difícil contabilização por tratar-se de ativo intangível. Todavia, é de suma importância para a valorização do maior patrimônio do clube, seus atletas. O auditor informa que, contrariando a Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.638/2007, em especial no que denomina a Resolução CFC 1.429/13, que aprovou a ITG 2003 - Entidade Desportiva Profissional, não foi possível aplicar os testes para confirmação dos valores.

04 - Provisão e Contingência: Os auditores externos fizeram ressalva sobre a impossibilidade de avaliação das contingências junto ao departamento jurídico do CRVG por ausência de controles sobre as demandas judiciais. Este fato aumenta a incerteza quanto ao montante correto do Passivo do CRVG, tendo em vista que existem dúvidas em relação à existência de processos judiciais em desfavor do clube, bem como quanto à probabilidade de êxito nos litígios. Portanto, é impossível calcular o impacto das ações judiciais no passivo do clube. Ademais, sobre as demandas judiciais em desfavor do CRVG, cumpre destacar que as demissões realizadas em dezembro de 2014 irão afetar futuramente as finanças do clube em valor relevante e não previsto nas demonstrações financeiras em tela.

05 – Demais irregularidades: Em 2014 foi realizada a reavaliação dos ativos imobilizados procedimento que contraria a Resolução CFC 1.157/2009 nos itens 127 a 132, bem como o disposto no inciso II, do parágrafo 3, do artigo 183, da Lei 6.404/76, alterada pela Lei 11.637/07 e acrescida pela Lei 11.941/09 e Medida Provisória 449/08. Os auditores informaram esta irregularidade em seu Parecer (parágrafo 05, linha 04). Este erro leva a uma situação patrimonial diferente da real, sendo o Patrimônio Líquido do CRVG reduzido a cerca de R\$ 0,5 bilhão negativo no mero acerto da metodologia contábil de boa forma. Além disso, outra irregularidade flagrante são os altos valores nas contas de IRRF e INSS (recolhimentos tributários), cerca de R\$ 8,5 milhões e R\$ 1,0 milhão, respectivamente. Caso esta situação persista e o saldo seja realmente da parte retida dos funcionários do clube, configura-se o crime tributário previsto no artigo 2º, da Lei 8.137/90 (apropriação indébita). Novamente, verifica-se no parecer dos auditores a ausência de explicações em notas (Nota Explicativa número 11).

06 - Ressalva por descontinuidade econômica: Novamente destacamos o equívoco por parte dos auditores em nominar como Ênfase o parágrafo do Parecer que trata da descontinuidade (parágrafo 02, linha 04). Nas palavras dos auditores, o "**CLUB DE REGATAS VASCO DA GAMA** não dispõe de recursos suficientes para liquidar suas obrigações no curso normal de suas atividades". Desta forma, o Passivo apresentado, de R\$ 689 milhões, acrescido das incertezas observadas pelos próprios, encontra-se além da capacidade do clube em honrar seus compromissos. Este procedimento é chamado de RESSALVA POR DESCONTINUIDADE ECONÔMICA e sugere que a entidade possui tempo presumível para encerrar sua atividade. Neste sentido, além de ser alarmante tal ressalva, dela se intui que o Patrimônio do clube será reduzido por um provável cenário de liquidação forçada de seus Ativos. Portanto, afora o erro de forma, os auditores fizeram constar a insolvência do CRVG.

Por fim, frente a todo o exposto, cabe ainda manifestar a estranheza pela opinião emitida pelos auditores independentes na forma de "OPINIÃO COM RESSALVA". Conforme descrito neste relatório, em avaliação da própria opinião emitida pela empresa de auditoria, o Conselheiro Fiscal Diego Henrique Carvalho entende que o mais correto seria a emissão de "PARECER ADVERSO". Em confirmação deste entendimento estão erros graves apontados pelos próprios auditores e de onde se imprime que as demonstrações financeiras não representam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira do CRVG.

Em razão do quadro descrito, o membro efetivo do Conselho Fiscal Diego Henrique Carvalho apresenta, pelo presente, **PARECER ADVERSO** em relação às contas do exercício de 2014, devido às irregularidades legais e contábeis e à indisponibilidade de relatórios e documentos referentes a este exercício, solicitando que sejam refeitos os procedimentos da auditoria externa, naquilo que couber, bem como, republicadas as demonstrações financeiras de 2014 e 2013.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 2015

Diego Henrique Carvalho
Membro Efetivo